"O PARÁ E AMAZONAS SÃO IRMÃOS": A AMAZÔNIA UNIDA NA CRISE DA BORRACHA E A IMIGRAÇÃO ESTRANGEIRA

Maria de Nazaré Sarges
Wilson Brito Nascimento

Introdução

Em 1850 era promulgada a Lei Eusébio de Queirós, que determinava a proibição do tráfico de escravos em território brasileiro, o que de imediato não provocou impacto na disponibilidade de mão-de-obra, já que na década anterior havia entrado mais de 500 000 escravos no país[1]. Porém, mais à frente, houve essa preocupação e a Lei de Terras – também criada em 1850 – vai expressar bem isso, indo além da regularização territorial, preocupando-se também com a questão da imigração, já que uma das maiores preocupações no momento era atrair imigrantes para que fossem utilizados como força de trabalho nas diversas frentes econômicas[2].

Na Amazônia, assim como em outras regiões, o problema da mão-de-obra se fez também presente, o intelectual José Veríssimo na segunda metade do século XIX falava sobre esta questão. Colocando como um dos entraves para o desenvolvimento o problema da escassez de braços para o trabalho, dizia:

> "A Amazônia é um deserto, isto é, não tem população mínima que chegue sequer para o mínimo de seu roteamento. A lavoura, porém, exige muito maior numero de braços, e aplicação mais constantes deles que a indústria extrativa. Dai a urgência em aumentar a população da Amazônia, cujo crescimento, em virtude de causas diversas e obras, têm sido demasiado lento. É urgente aumentá-la, não só para fornecer braços a lavoura e indústrias já existentes como para que possam aproveitar as incalculáveis riquezas da região, das quais hoje, justamente por carência de população, se não utiliza senão parte mínima"[3].

[1] SILVA, 1996: 123.
[2] CAVALCANTE, 2005: 4-5.
[3] VERÍSSIMO, 1970: 161-162.

Com o novo cenário do final do século XIX e início do XX, a Região Amazônica vivenciou um período de grande desenvolvimento econômico, em razão da produção e exportação do látex, produto que, naquele período, era de grande importância para o mercado internacional, pois propiciou o carreamento de recursos, contribuindo para um surto vigoroso na região[4], embora o problema da escassez da mão-de-obra se colocasse *pari passu* a explosão da economia gomífera.

Após o tempo de prosperidade, restou, na região, uma época de crise econômica, e é sobre essa fase – em um recorte temporal que vai de 1910 a meados da década de 1920 – que o presente artigo se debruçará. Foi um período que mobilizou e uniu os Estados competidores na exportação da borracha, tão bem expresso em manchetes de jornais e nos discursos dos governantes, afinal "O Pará e Amazonas são irmãos", conforme estampava a manchete da *Folha do Norte*, em 1926, dirigida a Washington Luis, poucos meses antes de sua posse na presidência da república brasileira.

Com base nos pronunciamentos oficiais dos poderes públicos dos Estados do Pará e do Amazonas, ao longo deste artigo, serão apresentadas quais as medidas que os governos, no início do século XX, implementaram para recolocar os referidos Estados no caminho da prosperidade e do desenvolvimento. Assim, será possível compreender de que maneira essas questões eram pensadas em um período de crise econômica.

Ao partir do pensar sobre o desenvolvimento, um dos objetivos será entender os significados da presença estrangeira na Região Amazônica, a fim de responder à seguinte pergunta: Na trilha do desenvolvimento que se colocava para ser alcançado, qual o papel dos imigrantes na contribuição para o desenvolvimento da Região Amazônica?

1. A década de 1910 e as falas dos poderes públicos

No início do século XX, as transformações econômicas e sociais que se operavam na sociedade amazônica foram atingidas pelo decréscimo no preço da borracha no mercado mundial, que depois de dois anos de aumento acabou dando um grande mergulho – "esse foi o começo de uma crise que iria aleijar a economia amazônica", afirma Weinstein[5]. A causa principal dessa *débâcle* foi o início da produção da borracha em quantidades consideráveis na Ásia. Além disso, havia uma espécie de "colonialismo interno" expresso na arrecadação federal, que era feita de forma voraz. Em 1910, por exemplo, 62% da arrecadação total da região foram direcionados para a União.

Enquanto a tributação ia muito bem, a despesa ficava muito aquém da arrecadação, que em algumas épocas ficou a um quarto somente do total das despesas. Esse

[4] SARGES, 2000: 76-77.
[5] WEINSTEIN, 1993: 242-243.

período é considerado pelo economista Roberto Santos como a fase de declínio da economia amazônica.

A crise instalada teve variadas consequências, como a queda na produção do látex, falências de casas aviadoras e pauperização da população. Além disso, as "famílias instaladas com base no aviamento da borracha e na exploração da seringueira [...] com a queda, o prestígio desse grupo começou a deslocar-se para os grandes comerciantes da castanha e da extração madeireira"[6]. Santos informa que no relatório da Associação Comercial do Pará de 1913 era registrado o desaparecimento de quase todas as mais antigas firmas da praça de Belém. Os Estados amazônicos entravam em anos de crise.

No ano de 1910, na mensagem dirigida ao Congresso pelo governador do Estado do Pará, a situação aparece ainda como próspera, e graças a algumas altas no preço da borracha, foi possível regular os compromissos do tesouro do Estado. Havia também um fecundar de iniciativas oficiais em relação à cultura agrícola no Estado, pois os governantes estavam convencidos de que o solo poderia vir a ser, no decurso dos anos, o celeiro natural da Amazônia[7].

A mensagem registra uma situação de equilíbrio fiscal e também a percepção de que, com o cuidado dispensado, seria possível criar um futuro promissor. Entretanto, para isso, seriam necessárias estratégias, as quais ficam claras em várias falas, como a do seguinte discurso:

> "Sairmos da indiferença, abandonar os processos retrógrados, convencermo-nos de que não será suficiente trabalhar em uma só direção, senão que é mister trabalhar em todos os sentidos e por todos os meios, como sejam – melhoria na navegação, na aviação, desenvolvimento da imigração, modificação das condições de vida do seringueiro [...] renovação nos seringais pela cultura racional da *hevea* e aperfeiçoamento dos métodos de extração"[8].

Havia ainda outras medidas a serem tomadas, tais como, a participação nas exposições internacionais, como a de Turin e a de Bruxelas, onde os Estados do Pará e do Amazonas, respectivamente, tiveram participação, com o propósito de expor os produtos amazônicos e, assim, abrir novos mercados.

Dentre outras medidas, estava também o projeto de colonização de terras, como o que ocorreu na estrada de ferro Belém-Bragança, tanto é que, para isso, foi criada a

---

[6] SANTOS, 1980: 120

[7] APEP – Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo pelo governador do Estado do Pará, João Antonio Luiz Coelho, 1912.

[8] APEP – Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo pelo governador do Estado do Pará, João Antonio Luiz Coelho, 1910, p. 38.

Secretaria de Obras Públicas com a seção de agricultura por meio da lei n.º 1 108 de 6 de Novembro de 1909, o que indicava maior cuidado com o setor.

A medida de colonização propiciou a criação do campo experimental de agricultura, cujo propósito era estimular e desenvolver o ensino prático da lavoura intensiva e mecanizada, construindo, em consequência, "o operário agrícola, experimentado, econômico, previdente, antítese do lavrador retrógrado, cheio de indolência e viciado na rotina"[9]. Todas essas ações se constituiriam em estratégias que visavam a um maior e mais forte desenvolvimento.

Na mensagem do mesmo ano, do Estado do Amazonas, a situação financeira aparece distinta da que é demonstrada na mensagem paraense. O governador expressava aos demais representantes políticos a dificuldade para a solução do problema financeiro do Estado. Ele enfatizava o esforço em fazer a maior economia possível nos gastos a fim de cessar a situação calamitosa em que se encontrava o tesouro público[10]. Tendo em mãos uma crise, o Congresso comercial, industrial e agrícola de Manaus foi um palco para a discussão e elaboração de estratégias que pudessem dirimi-la. Como resposta, esse evento sugeriu, por exemplo, a melhoria nos métodos de extração e a diminuição nos impostos para a exportação do látex.

Os discursos de 1911 evidenciam alguns resultados e alterações, como o que pode ser lido no seguinte trecho:

> "São altamente consoladores os progressos da *nossa indústria* [...] a instalação da estação experimental Augusto Montenegro e a do campo de cultura experimental tem sido de notável proveito para os agricultores ao passo que presta serviço para os lavradores, desperta interesse e simpatia pelos assuntos agrícolas [...] essas escolas experimentais se constituem em verdadeiras escolas práticas onde o lavrador se prepara pela inspeção, pela observação e pela experiência, para aplicar a em suas terras os novos processos de cultivos [...] infelizmente nossas atuais condições econômicas e de prosperidade não nos permitem resolver o problema em seus 3 graus [...] mas podemos estimular e desenvolver o primeiro"[11].

A borracha aparece como um ponto importante de discussão. Era necessário procurar outros meios para formar a base econômica, mas era preciso ao menos manter certa importância desse produto, por isso a discussão sobre os meios que "defendessem" economicamente a borracha. Para isso, foi realizado o Congresso da borracha, que criou como medidas um serviço permanente de assistência aos trabalhadores nacionais e

---

[9] APEP – Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo pelo governador do Estado do Pará, João Antonio Luiz Coelho, 1910, p. 38.

[10] CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES – Mensagem lida perante o Congresso do Amazonas pelo governador Antonio Clemente Ribeiro Bittencourt, 1910.

[11] APEP – Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo pelo governador do Estado do Pará, João Antonio Luiz Coelho, 1911, p. 131.

estrangeiros espontâneos, trazidos pela União, ou pelos Estados, assim como políticas de assistência, como foi o caso da construção de hospedarias para recebimento de imigrantes.

Entretanto, se de um lado a monocultura da borracha era defendida, de outro surgia a necessidade de combatê-la. Os governantes entendiam que a crise atravessada pelo Estado do Pará era mais um exemplo frisante e eloquente de que nenhum povo conseguiria o equilíbrio econômico com a produção quase que exclusiva de um só gênero, por isso "[...] a ação do estado para estimular a agricultura [...] visa principalmente combater a monocultura da borracha [...] permitir ainda a produção em larga escala de cacau, castanha, frutas, cereaes e etc [...] que assegurarão ao Pará a base de sua longa prosperidade"[12].

No Amazonas, no mesmo ano, o que transparece no discurso é o objetivo de defesa e valorização do "ouro negro". Neste Estado, surge uma preocupação maior em opor resistência às bruscas depreciações do valor da goma elástica. As Mensagens enfatizam que o problema deveria ser encarado em toda a sua complexidade, a fim de que fosse examinado para a busca de soluções aprofundadas, porque essa seria a "questão vital para este norte grandioso"[13]. Dessa forma, foi adotado o papel de um estado regulador e com maior intervenção no mercado, como meio de autodefesa, estabelecendo o máximo e o mínimo dos preços, em cada safra.

Outros pontos aparecem como fundamentais para uma melhor base econômica, e o ponto basilar seria a navegação, que deveria ser desenvolvida a fim de melhor escoar a produção, tendo como proposta a criação de uma empresa modelar de navegação. Outra questão que deveria passar por revisão seriam as leis sobre repartições e terras. Segundo a mensagem dirigida à Assembleia de 1912, a legislação continha disposições absurdas que afastavam o ingresso de capitais estrangeiros na exploração da terra, pelo limite traçado para as concessões a quem não fosse nacional, restringindo até o direito de propriedade, na alienação feita por particulares, mesmo munida de título legal. Ficaria, portanto, embaraçado o poder público para auxiliar a iniciativa particular a conseguir a aquisição de terras devolutas, já que estas poderiam ser transmitidas somente por título de compra. Esse era um problema que precisava ser corrigido. Eles entendiam que um

> "Estado vastíssimo, e dispondo de grandes extensões de terra inculta e água abandonada, encontraria fonte inexaurível de riquezas, se pudesse levar a todos seus recantos o braço fecundo do trabalhador [...] Esta iniciativa feita diretamente pelo estado, além de ser morosa e de difícil execução, obriga a dispensar somas avultadíssimas, para cujo

[12] APEP – Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo pelo governador do Estado do Pará, João Antonio Luiz Coelho, 1911, p. 134.
[13] CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES – Mensagem lida perante o Congresso do Amazonas pelo governador Antonio Clemente Ribeiro Bittencourt, 1911, p. 94.

sacrifício não está habilitado. A concessão, porém, de grandes lotes, nas forças de cada indivíduo, sindicato ou empresa, nacional ou estrangeira, sob condições expressas de aproveitamento e povoamento, seria de eficaz resultado"[14].

Em 1912, as mensagens oficiais demonstravam uma situação financeira nada animadora, principalmente pela depreciação do preço do principal produto amazônico. É destacada também a ausência de capital para "custear e promover uma imigração regular" e a falta de elementos econômicos para cortar o território por vias de comunicações, pois não podiam, assim, explorá-los e nem dividi-los em lotes. A instabilidade econômica era considerada um axioma, e seria fundamental o poder público "renovar paulatinamente todas as coisas que concorrem para essa instabilidade"[15].

Nas mensagens eram colocadas, novamente, estratégias, tais como procurar evitar a especulação, eliminando o quanto fosse possível as despesas que oneravam o produto, assim como a redução gradual dos impostos, a melhoria na manipulação e, principalmente, a atração de capital e de braços necessários à prática agrícola em larga escala.

A partir do referido ano, o discurso com questões pungentes aparece de forma constante – não que em mensagens passadas essa necessidade já não existisse. Surge a lei n.º 1 238, que autorizava o governo brasileiro a fazer concessões de terrenos devolutos na zona da Guiana Brasileira, oferecendo vantagens de aquisição gratuita aos que dividissem os terrenos em lotes apropriados para a indústria pastoril e agrícola até cem mil hectares[16]. Além disso, essa lei autorizava, com o mesmo ideal de ocupação, a empresa *Amazon Land Colonization Company* a se instalar na região. Esta deveria explorar os terrenos que lhe fossem concedidos pelo governo paraense e também promover para essas paragens imigração nacional e estrangeira, formando núcleos coloniais, ocupando-se da criação de gado, da extração da borracha, de trabalhos mineralógicos e da agricultura de uma forma geral[17].

A mensagem de 1912 do Estado do Amazonas registra *a priori*, que as medidas tomadas a fim de evitar bruscas oscilações no preço da goma elástica não surtiram o efeito desejado, sofrendo os preços e oscilações conforme as necessidades do mercado. Destaca também a necessidade de braços e, consequentemente, de projetos de colonização. Essa estratégia emergiu dentre as grandes necessidades para o aproveitamento das riquezas naturais do território, tanto é que a lei n.º 690 de 7 de Outubro

[14] CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES – Mensagem lida perante o Congresso do Amazonas pelo governador Antonio Clemente Ribeiro Bittencourt, 1919, p. 153.
[15] APEP – Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo pelo governador do Estado do Pará, João Antonio Luiz Coelho, 1912, p. 125.
[16] APEP – Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo pelo governador do Estado do Pará, João Antonio Luiz Coelho, 1919, p. 111-132.
[17] CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES – Mensagem lida perante o Congresso do Amazonas pelo governador Antonio Clemente Ribeiro Bittencourt, 1912, p. 129.

de 1911 autorizou o governo a introduzir anualmente certa quantidade de colonos no Estado. No entanto, essa medida ainda não podia ser executada de uma forma mais eficaz e acelerada pela insuficiência dos recursos financeiros disponíveis.

Como a situação econômica, naquele momento, não era das melhores, e estando o governo impossibilitado de realizar investimentos em algumas áreas, como é o caso da imigração, melhor seria para o Pará e o Amazonas, e talvez mais eficaz, a imigração espontânea por meio da qual os imigrantes viriam por conta própria, ou seja, com os seus próprios recursos, dispostos e animados para o trabalho. A imigração subsidiada, ao contrário, na maioria das ocasiões era recrutada nas cidades e se confiava no governo, do qual muito esperava, exigindo até mesmo a obrigação de mantê-la[18]. Em vista disso, o governo fazia também concessões, como as dadas aos estrangeiros Antônio de Vidius Autrin e Gordon Erwin Brown, e outra ao nacional João Moreira Costa, ambas em lugares desocupados. Essas concessões tinham por principal objetivo não só facilitar o conhecimento, a exploração e o aproveitamento de zonas que estavam improdutivas, mas também fomentar o povoamento e animar a agricultura e a indústria.

2. Imigração estrangeira: braços e capital para a prosperidade

> "Sanear... Sanear a Amazônia é a maior das obras que poderia empreender um administrador, que tenha descortinos e horizontes, dentro da largueza das nossas possibilidades e dos nossos recursos [...] Povoar... mas povoar primeiramente com gente brasileira [...] É tornar eficiente o povoamento, orientar-se de nossos patrícios para o trabalho honesto dos campos, das fábricas, das oficinas, facilitando a localização da sua gente, agora inútil, mas amanhã enérgica e progressista. Depois disso, abram-se as nossas portas e delimitem-se as nossas terras a imigração para a vinda dos quatros ventos do orbe, para quem se encontram sempre todas as facilidades de compensações [...] prosperar só assim, com gente sã e trabalho protegido, encaminhada a solução definitiva das maiores equações lançadas pela administração no quadro negro da situação ambiente, sempre desaparelhada, porque esquecida, mas não de todo incapaz para fecundos triunfo da vida rural, a das indústrias e do comércio, tripode memorável e de onde a ascendem, para o alto, na pyra do trabalho, os clarões do progresso da civilização. Será essa obra maior, de fraternidade brasileira de benemerência cívica, com que a futura atuação do governo federal poderá premiar os nossos arrojados caboclos nas selvas imensas, nas águas piscosas e nas terras ferozes da Amazônia"[19].

[18] CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES – Mensagem lida perante o Congresso do Amazonas pelo governador Antonio Clemente Ribeiro Bittencourt, 1912, p. 98.
[19] FOLHA DO NORTE, 14/8/1926: 2

A fala de Paulo Eleuthério dirigida ao presidente Washington Luis, anteriormente transcrita pela *Folha do Norte,* indica que o saneamento estava na base de todas as medidas, em seguida viria o povoamento, inicialmente com a "gente brasileira" e depois com os estrangeiros, e só assim seria possível chegar à prosperidade. Fica claro, portanto, que nos discursos do final da década de 1920, a questão do povoamento da Região Amazônica é uma espécie de rampa de acesso ao progresso.

Ao rememorar a história da região, é conhecido o seu surto de desenvolvimento no final do século XIX e início do XX, fato que ocasionou, sem dúvida, algumas evoluções no quadro econômico e gerou um processo de reurbanização das cidades, de criação de projetos e de atração de imigrantes nacionais e estrangeiros. Dessa forma, um dos pontos vistos como fundamental para colocar novamente a região rumo à prosperidade seria promover a ocupação do território.

Os poderes públicos tinham clara percepção da crise que atravessavam, por isso era necessário promover as mudanças nas estruturas de multiplicação de capital, mas, para isso, eram necessários investimentos, o que, pelo momento de crise, quase sempre eram escassos. No entanto, era preciso promover políticas que provocassem mudança no quadro instalado, sendo uma dessas estratégias a questão da imigração regular, assim como o corte do território por vias de comunicação, a sua divisão em lotes.

Ao observar as mensagens dirigidas à Assembleia, os periódicos e outros documentos que podem informar sobre aquele momento, é possível perceber os diversos problemas a serem enfrentados. Neste momento, pergunta-se: Porque o Estado destacaria com maior ênfase a questão da ocupação? O que aparece com muita força nas mensagens evidencia um indicativo de que a crise era algo bem mais abrangente, indo além da crise econômica propriamente dita.

A crise que atingia toda a república era uma crise comercial, financeira, monetária, política, de transporte, de salário, de ensino e até moral[20]. Todavia, todas essas crises seriam expressões menores de uma crise maior, ou seja, a da agricultura. Caberia ao Estado tomar providências para solucionar a questão da agricultura e, assim, as demais começariam a ter também resolução, pois eram coisas inerentes. Era necessário, por exemplo, fazer dos Estados brasileiros regiões de indústrias múltiplas, a fim de explorar outros mananciais de riqueza, principalmente aqueles que resultavam da cultura do solo. Portanto, uma das medidas fundamentais seria a restauração ou renovação da agricultura, tendo a imigração estrangeira e a colonização nacional uma enorme soma de importância.

A fim de diversificar a produção e revigorar a agricultura, os poderes públicos do Amazonas e do Pará procuraram tomar medidas para que seus territórios, entendidos como quase que desabitados, pudessem aumentar a sua densidade populacional.

[20] APEP – Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo pelo governador do Estado do Pará, Enéas Martins, 1916, p. 94-95.

Entre as diversas medidas, foram inseridas mudanças nas leis que diziam respeito à distribuição de terras, tornando mais fáceis a sua aquisição, e estabelecidas propagandas com objetivo de atrair braços – nacional e estrangeiro – para a prática da agricultura e pecuária. Além disso, houve maior preocupação com o ensino agrícola, com a metodização da produção e com a distribuição de sementes. Essas ações agiam por vários vieses, mas tinham clara preocupação de agir sobre o que pudesse contribuir para transformar a região em um lugar de múltiplas indústrias.

Os poderes públicos buscaram pôr em prática suas ações para a resolução do problema fulcral da região. As novas leis que visavam regulamentar a ocupação das terras públicas e as assegurar aos que quisessem explorar com proveito a posse dos lotes são exemplos desse fato. Para eles, somente quando os extensos territórios incultos estivessem em mãos capazes de levá-los a render seria possível mudar os recursos e a riqueza pública. Nesse caso, os imigrantes tinham fundamental papel, pois seriam os responsáveis pela nova função, por fazer da Amazônia um celeiro agrícola, fazer da região um lugar de múltiplas indústrias.

Dentre as estratégias, estava incluída também a entrega de terras para grandes companhias, quando essas se propusessem a colocar em prática projetos de imigração, isto é, a incentivar a ocupação das terras e o uso apropriado do solo.

A ocupação, portanto, tinha um papel fundamental e era o cerne para o desenvolvimento, por isso eram necessárias medidas que solucionassem o problema de um solo quase desabitado. Dessa forma, a agricultura seria a chave para os demais problemas da região e contava com o imigrante como elemento primordial para o sucesso da empreitada.

Se o imigrante era elemento basilar do projeto de desenvolvimento, os poderes públicos dos referidos Estados buscavam mostrar e fazer cumprir, na medida do possível, as leis liberais da república. Assim, procuravam demonstrar por meio de seus discursos que não viam com distinção, ou com melhores olhos, os imigrantes nacionais. Todos valiam como cidadãos e iguais da mesma pátria livre, por isso, em vários discursos, existe a preocupação em fazer da lei a

> "umbella protetora sob a qual coubessem nacionais e estrangeiros, dando garantias de direitos a quantos neste recanto do nosso vasto país se abrigaram, vinculados ao nosso solo, metendo nele raízes, consagrando a terra que foi o nosso berço abençoado para tanto de nós, e que tantíssimos outros fizeram sua, através das energias de suas almas e o vigor de seus braços"[21].

Os discursos oficiais evidenciam que os governadores, ao se defrontarem com a situação econômica, objetivaram desenvolver a região, mas o primeiro entrave foi a

[21] APEP – Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo pelo governador do Estado do Pará, Lauro Sodré, 1920, p. 13.

falta de habitantes. Por esse motivo, apelaram aos países com superpopulação, conforme destaca o trecho abaixo:

> "é por esse motivo que temos julgado de alta conveniência convidar representantes de países, onde existem superpopulações, que se queiram deslocar, ingressando no nosso estado. Ao lado destas medidas, que julgamos bem avisadas, ainda temos feito forte campanha na imprensa, mostrando as vantagens, que poderiam ter populações, empobrecidas por causas várias, na ocupação de nossas terras. Para a realização dessas medidas, seria necessário amparar tal propaganda com meios práticos em dotações orçamentárias"[22].

A questão da ocupação foi um dos pontos do programa de governo, aparentemente mais difícil de ser executado, pois o principal entrave era sempre a escassez de recursos monetários, recursos esses que outros Estados empregavam para o mesmo fim. Entretanto, é registrado nas mensagens que mesmo com as dificuldades, os atores do poder não ficavam de braços atados, porque, se não podiam empreender a chamada direta de colonos, procuravam – como aparece rapidamente no discurso de Sodré – estabelecer propagandas, as quais mesmo sendo feitas em pequena escala, não deixavam de produzir efeitos salutares. O próprio presidente Washington Luiz, em discurso sobre a imigração para o Brasil no ano de 1928, fez referência à situação do Estado do Pará, registrando que a região estava em 3.º lugar entre as mais procuradas por imigrantes estrangeiros[23]. Contudo, o propósito oficial era trazer esses imigrantes de forma espontânea, e do não investimento direto.

Além da ideia de ocupação, havia a noção de proteção nacional. Quando o problema era amparar a lavoura e criar alternativas para a carência de capitais e de braços, por exemplo, o caminho que parecia mais acertado era o de inserir e promover a introdução de imigrantes vindos de países estrangeiros. Todavia, pensava: "melhor seria [...] que exclusivamente braços nacionaes roteassem o nosso solo e que nas mãos dos brasileiros fossem parar os títulos de propriedade, os pedaços do nosso território. Mas seria aos meus olhos obra impatriótica"[24], dizia o governador do Pará, Lauro Sodré (1920).

Por mais paradoxal que o discurso do governador pudesse parecer a muitos, a ideia de adoção de um sistema de colonização só nacional poderia gerar o enriquecimento de determinada parte do território tendo como consequência o empobrecimento

---

[22] CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES – Mensagem lida perante o Congresso do Amazonas pelo governador Cezar do Rego Monteiro, 1922, p. 23.

[23] APEP – Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo pelo governador do Estado do Pará, Dionísio Ausier Bentes, 1928, p. 132.

[24] APEP – Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo pelo governador do Estado do Pará, Lauro Sodré, 1920.

de outros Estados da União Brasileira, pois acreditava que quase todos estavam também lutando contra a escassez de população.

Em outra mensagem dirigida à Assembleia fica mais evidente a importância e a necessidade que os governantes tinham de introduzir braços estrangeiros. Esses braços seriam importantes porque trariam, além da força para o trabalho, o capital tão necessário, o que é observado quando o governador do Estado do Pará, Dr. Dyonisio Ausier Bentes, conclama,

> "empenhamo-nos com afinco a solução do nosso problema vital, que é a aquisição de braços. Não desdenhamos da coadjuvação que nos possa trazer o nacional, resistente e acostumado ao meio, e antes o aceitamos com agrado toda vez que nos é possível ampará-lo"[25].

Era necessário o capital, "é esse, aliado ao do trabalho, que nos trazem as migrações [...] e que temos todo o interesse em atrair para o nosso estado [...] temos fé que esse, como outros povos, hão de nos trazer elementos notáveis de progresso"[26].

Os poderes públicos entendiam que os Estados do Amazonas e Pará, sendo vastíssimos, e dispondo de grandes extensões de terra inculta, encontrariam fonte inexaurível de riquezas se pudessem levar a todos seus recantos o braço fecundo do trabalhador. Essa iniciativa, quando fosse diretamente pelo Estado, além de morosa e de difícil execução, obrigava a dispensar somas vultuosíssimas de capital, para cujo sacrifício o Brasil não estava habilitado naquele momento.

A concessão, porém, de grandes lotes, para as forças de cada indivíduo, sindicato ou empresa, nacional ou estrangeira, sob condições expressas de aproveitamento e povoamento, seria de muito eficaz resultado. Para isso, as leis liberais teriam que trabalhar em prol da remoção de obstáculos, pois, assim, os Estados teriam muito a lucrar, não só com a introdução de braços para o trabalho da lavoura, incluindo nesta também o plantio da seringueira, mas principalmente com o aumento da riqueza interna, por meio do capital que viria nacionalizar-se no Brasil, conforme ressalta o trecho abaixo:

> "Considero que incontestável necessidade e utilidade para o Brasil ou a imigração. O seu vasto território, ainda não habitado, precisa de braços para o amanhã da terra e para a exploração inteligente das fontes de receita nele existentes [...] A imigração espontânea seria ideal. Mas essa, naturalmente, dependeria de propaganda larga e eficaz, com informações seguras da habitabilidade de nosso solo, possibilidades econômicas, garantia de nossas leis e de nossa justiça, e outras capazes de elevar ao imigrante o

[25] APEP – Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo pelo governador do Estado do Pará, Dionísio Ausier Bentes, 1926, p. 5.
[26] APEP – Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo pelo governador do Estado do Pará, Dionísio Ausier Bentes, 1926, p. 6.

> desejo de se domiciliar entre nós. Uma vez de difícil realização essa, ela deve ser provocada com a oferta do primeiro estabelecimento, em locais devidamente apropriados, ahi se compreendendo utensílios de trabalho e a mantença na instalação da pessoa ou família que nos chegue, provinda de outras terras [...] Se a raça branca fosse molde a suprir todas as necessidades que temos de braços, nenhuma outra suplantaria, devido ao grão de desenvolvimento a que chegou. É fora de duvida que Ella se aclimaria bem em todas as regiões do paiz. A italiana, a allemã e a portugueza têm collaborado no nosso desenvolvimento [...]"[27].

Para os governantes, somente após o abandono da vida econômica, nômade e muitas vezes incerta nos resultados da indústria extrativa os problemas se erradicariam. Eles compreendiam que as dificuldades apresentadas para a solução só poderiam ser removidas por uma nova orientação, de forma contínua, da administração pública. Esta deveria agir pela ocupação do vasto território, pela introdução de "braços para o amanhã", por meio da propaganda, auxílios e exemplos que se fizessem sentir desde as escolas primárias do Estado até as mais altas camadas da sociedade, passando logicamente pela imigração, que deveria ser espontânea. Essa seria a solução idealizada para a crise amazônica.

Conclusão

Mesmo depois do período considerado o mais pujante da história da Região Amazônica, é possível perceber que o problema do desenvolvimento e do povoamento da Amazônia permaneceu nos discursos oficiais do final da década de 1920, conforme observado nas falas transcritas no texto.

É inegável o papel econômico da borracha para a região e a sua contribuição para o Brasil. Por isso mesmo, é que a crise da economia do látex teve um grande e péssimo significado para o desenvolvimento econômico da Amazônia. Os governantes do Pará e do Amazonas, em busca de soluções para a crise, imaginaram as mais diversas medidas salvacionistas, dentre as quais, o incentivo à imigração, que deveria ser espontâneo e dirigido, sobretudo, aos países considerados superpopulosos.

Enquanto as leis n.º 223 de 1894 e a n.º 583 de 1898, cujos signatários foram os governadores do Pará, Lauro Sodré e Paes de Carvalho, respectivamente, apresentavam exigências em relação ao tipo de estrangeiro almejado para a Amazônia, de boa conduta e aptos para o trabalho agrícola, ou dedicado à qualquer indústria útil e de preferência acompanhado de família, na década de 1920 as mensagens dos governantes

[27] FOLHA DO NORTE, 3/9/1926: 3

amazônicos não estabeleciam condições, a não ser que essas viessem espontaneamente. No Amazonas, as falas e mensagens dos governantes não foram diferentes.

Embora a crise do látex tenha propiciado um refluxo da mão-de-obra nacional, o mesmo não ocorreu com a estrangeira. Segundo Roberto Santos[28], a permanência dos estrangeiros é justificada pelo tipo de atividade que desenvolviam e porque eram menos vulneráveis à crise da borracha. Possivelmente, tenha até aumentado o número de estrangeiros no país, o que pode ser observado por meio dos dados do censo de 1920, o qual registra um número de estrangeiros superior a 40 mil, em comparação aos aproximados 8 mil do início dos 1900.

Nas primeiras décadas do século XX, a possibilidade de pensar a Amazônia como um espaço em desenvolvimento não escapa à compreensão dos governantes do Pará e do Amazonas em relação ao fato de que a agricultura e a imigração, especialmente a estrangeira, moldariam uma nova região com base nas múltiplas experiências econômicas e sociais.

Fontes e bibliografia

Fontes

APEP – Mensagens dirigidas ao Congresso Legislativo pelos governadores do Estado do Pará, João Antonio Luiz Coelho, Enéas Martins, Lauro Sodré, Dionísio Ausier Bentes (1910-1926).

CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES – Mensagens lidas perante o Congresso do Amazonas pelos governadores Antonio Clemente Ribeiro Bittencourt, Cezar do Rego Monteiro (1910-1922).

BPAV/FCTN – Jornal *Folha do Norte*, Ago./Set. 1926.

Bibliografia

BORGES, Ricardo, 1986 – *Vultos notáveis do Pará* (2.ª edição). Belém: CEJUP.

FAUSTO, Boris (org.) 2000 – *Fazer a América. A imigração em massa para a América Latina*. São Paulo: EDUSP.

MOURA, Ignácio; ELEUTHERIO, Paulo, 1926 – *A Amazônia do futuro.* Belém: Clássica.

[28] SANTOS, 1980: 263.

SANTOS, Roberto Araújo de O., 1980 – *História econômica da Amazônia (1800-1920)*. São Paulo: T. A. Queiroz.

SARGES, Maria de Nazaré, 2000 – *Riquezas produzindo a belle époque. Belém do Pará (1870-1910)*, 1.ª edição. Belém: Paka-Tatu.

VERÍSSIMO, José, 1970 – *Estudos Amazônicos*. Belém: Universidade Federal do Pará.

WEINSTEIN, Barbara, 1993 – *A Borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)*. São Paulo: Hucitec/Edusp.